

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Serra Paracatu Transmissora de
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.655	11.484
Concessionárias e permissionárias	8	4.260	4.287
Contas a receber - partes relacionadas	23	790	1.053
Estoques		3.758	2.964
Adiantamento a fornecedores		453	458
Impostos a recuperar		4	143
Outros ativos circulantes		504	269
		27.424	20.658
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		14	14
Imobilizado não vinculado à concessão		445	543
Imobilizado	9	243.311	252.053
Intangível	10	1.410	1.424
		245.180	254.034
Total do ativo		272.604	274.692

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		458	258
Fornecedores - partes relacionadas	23	487	410
Empréstimos - partes relacionadas	11	16.219	13.899
Impostos e contribuições sociais	12	1.010	1.079
Taxas regulamentares	13	2.123	1.884
Dividendos propostos	15	11	-
Outros passivos circulantes		1.381	1.438
		21.689	18.968
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	79.118	81.233
Provisão para contingência	14	-	213
Outros passivos não circulantes		2.424	2.266
		81.542	83.712
Patrimônio líquido	15		
Capital social		195.300	195.300
Reservas de lucros		1.059	-
Reserva legal		56	-
Prejuízo acumulado		(27.043)	(23.288)
		169.373	172.012
Total do passivo e do patrimônio líquido		272.604	274.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	16	40.293	38.211
Custo da operação	17	<u>(17.487)</u>	<u>(12.887)</u>
Lucro bruto		<u>22.806</u>	<u>25.324</u>
Despesas gerais e administrativas	18	(4.150)	(5.055)
Outras receitas operacionais	20	<u>1.228</u>	<u>80</u>
Lucro antes do resultado financeiro		19.884	20.349
Resultado financeiro	21	<u>(20.763)</u>	<u>(4.197)</u>
Receita financeira		19.305	14.022
Despesa financeira		(40.068)	(18.219)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>(879)</u>	<u>16.152</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1.750)	1.769
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		<u>(2.629)</u>	<u>17.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(2.629)	17.921
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(2.629)</u>	<u>17.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	195.300	-	-	-	(41.209)	154.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.921	17.921
Saldo em 31 de dezembro de 2017	195.300	-	-	-	(23.288)	172.012
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.629)	(2.629)
Reserva legal	-	56	-	-	(56)	-
Reserva especial de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	1.059	(1.059)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(11)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	195.300	56	-	1.059	(27.043)	169.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Prejuízo/Lucro do exercício antes dos impostos	(879)	16.152
Ajustes		
Juros e variações cambial sobre empréstimos	21.592	6.117
Depreciação e amortização	13.018	8.044
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	138	117
Provisão para contingências	(213)	8
Atualização monetária	158	194
Concessionárias e permissionárias	(112)	314
Contas a receber – partes relacionadas	263	-
Estoques	(794)	(10)
Impostos a recuperar	140	3.145
Adiantamentos a fornecedores	5	61
Outros ativos	(234)	(1.097)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	276	415
Tributos e contribuições sociais	(486)	(2.769)
Taxas regulamentares	239	37
Outros passivos	(58)	(15)
Juros pagos	(5.408)	(4.549)
Impostos pagos	(1.332)	(1.086)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	26.313	25.078
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.410)	(11.292)
Baixa de imobilizado e intangível	1.427	
Fluxo de caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	(4.163)	(11.292)
Empréstimos pagos	(15.979)	(13.688)
Dividendos pagos		(7.558)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(15.979)	(21.246)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.171	(7.460)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.484	18.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.655	11.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBHA SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km.
- b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$17.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 40.142 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Em 27 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 44.388 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e nota explicativa 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	27.423	35.895	63.318	20.658	27.808	48.466
Caixa e equivalentes de caixa	17.655	-	17.655	11.484	-	11.484
Concessionárias e permissionárias	4.260	-	4.260	4.287	-	4.287
Contas a receber – partes relacionadas	790	-	790	1.053	-	1.053
Adiantamentos a fornecedores	453	-	453	458	-	458
Impostos a recuperar	4	-	4	143	-	143
Estoques	3.758	-	3.758	2.964	-	2.964
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	27.808	27.808
Ativo de concessão (contratual)	a	35.895	35.895	-	-	-
Outros ativos circulantes	503	-	503	269	-	269
Ativo não circulante	245.181	56.562	301.743	254.034	(7.484)	246.550
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	245.951	245.951
Ativo de concessão (contratual)	a	301.234	301.234	-	-	-
Outros ativos não circulantes	14	-	14	14	-	14
Imobilizado não vinculado à concessão	445	-	445	543	-	543
Imobilizado	b	243.312	29	252.053	(252.045)	8
Intangível	b	1.410	21	1.424	(1.390)	34
Total de ativos	272.604	92.457	365.061	274.692	20.324	295.016

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	21.689	-	21.689	18.968	-	18.968
Fornecedores terceiros	458	-	458	267	-	267
Fornecedores partes relacionadas	487	-	487	401	-	401
Empréstimos com partes relacionadas	16.219	-	16.219	13.899	-	13.899
Tributos e contribuições sociais	1.010	-	1.011	1.079	-	1.079
Taxas regulamentares	2.123	-	2.123	1.884	-	1.884
Dividendos propostos	11	-	11	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.381	-	1.381	1.438	-	1.438
Passivo não circulante	81.542	2.924	84.466	83.712	850	84.562
Empréstimos com partes relacionadas	79.118	-	79.118	81.233	-	81.233
Provisão para contingências	-	-	-	213	-	213
Tributos diferidos	-	2.923	2.923	-	850	850
Outros passivos não circulantes	2.424	-	2.424	2.266	-	2.266
Patrimônio líquido	169.373	89.533	258.906	172.012	19.474	191.486
Capital social	195.300	-	195.300	195.300	-	195.300
Reservas de lucros	1.059	-	1.059	-	-	-
Reserva especial de lucros a realizar	-	62.491	62.491	-	-	-
Reserva legal	56	-	56	-	-	-
Prejuízo acumulado	(27.043)	27.043	-	(23.288)	19.474	(3.814)
Total do passivo e do patrimônio líquido	272.604	92.457	365.061	274.692	20.324	295.016

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	40.293	(1.075)	39.218	38.211	(2.386)	35.825
Custo da operação	e	(17.487)	4.797	(12.690)	(12.887)	614	(12.273)
Lucro bruto		22.806	3.722	26.528	25.324	(1.772)	23.552
Despesas gerais e administrativas		(4.150)	-	(4.150)	(5.055)	-	(5.055)
Outras (despesas) / receitas operacionais		1.228	-	1.228	80	-	80
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		19.884	3.722	23.606	20.349	(1.772)	18.577
Resultado financeiro		(20.763)	-	(20.763)	(4.197)	-	(4.197)
Receita financeira		19.305	-	19.305	14.022	-	14.022
Despesa financeira		(40.068)	-	(40.068)	(18.219)	-	(18.219)
Resultado antes dos impostos		(879)	3.722	2.843	16.152	(1.772)	14.380
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.750)	33	(1.717)	1.769	74	1.843
Lucro Líquido do exercício		(2.629)	3.755	1.126	17.921	(1.698)	16.223

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	250	288
Aplicações financeiras	17.405	11.196
	<u>17.655</u>	<u>11.484</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	3.928	3.810
Vencidas até 30 dias	17	1
Vencidas até 60 dias	6	36
Vencidas até 90 dias	3	1
Vencidas até 120 dias	6	6
Vencidas até 180 dias	11	11
Vencidas há mais de 180 dias	322	593
	<u>4.294</u>	<u>4.458</u>
(-) PCLD	(34)	(171)
	<u>4.260</u>	<u>4.287</u>

Em função do giro das contas a receber em curto prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(171)	(54)
Reversão	137	-
Adição	-	(117)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(34)</u>	<u>(171)</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa de movimentação do ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	265.191	-	-	52.114	-	317.304	52.114	(78.605)	238.699	199.488
Terrenos	116	-	-	-	-	116	-	-	116	116
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.405	-	-	909	-	17.314	909	(5.447)	11.867	11.658
Máquinas e equipamentos	248.240	-	-	51.205	-	299.444	51.205	(72.807)	226.637	187.608
Veículos	289	-	-	-	-	289	-	(259)	30	49
Móveis e utensílios	141	-	-	-	-	141	-	(92)	49	57
Administração	-	-	-	18	-	18	18	(2)	16	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	18	-	18	18	(2)	16	-
	265.191	-	-	52.132	-	317.322	52.132	(78.607)	238.715	199.488
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	52.557	5.379	(1.240)	(52.114)	-	3.983	(47.615)	-	3.983	52.557
Máquinas e equipamentos		41	(180)	151	-	12	372	-	12	
Outros	52.557	5.339	(1.060)	(52.265)	-	3.970	(47.987)	-	3.970	52.557
Administração	8	31	(7)	(18)	-	14	19	-	14	8
Máquinas e equipamentos	8	31	(7)	(18)	-	14	19	-	14	8
	52.565	5.410	(1.247)	(52.132)	-	3.997	(47.596)	-	3.997	52.565
Ativo imobilizado	317.756	5.410	(1.247)	-	-	321.919	4.536	(78.608)	243.311	252.053

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	317.304	(78.605)	238.699	199.488
Administração	7,51%	19	(3)	16	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	985	(540)	445	543
		318.308	(79.148)	239.160	200.031

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%
Atividades não vinculadas à concessão do serv. Público de energia elétrica	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhado com a norma fiscal.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2018

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material e equipamentos</u>
Máquinas e Equipamentos	41
Desenvolvimento de Projetos	4.806
Adiantamentos a Fornecedores	532
	5.379

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

<u>Descrição do bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
Chave Seccionadora 8113, Classe de tensão [V]: 362.000, Corrente nominal [A]: 3.150, Nº de fases: Trifásico / Tripolar, Tipo de controle: Motorizado, Tipo de isolamento	Maquinas e Equipamentos	428
Barramento Flexível de mesmo nível de tensão longitudinal com 3 condutores por fase e 3 x 55 m de comprimento, Classe de tensão	Maquinas e Equipamentos	487
Estrutura Suporte de Barramento longitudinal com 1 torre de 18 m e 1 viga de 22 m, trelicadas, Tipo de material: Aço, Metha, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Maquinas e Equipamentos	95
Conjunto de Isoladores de Pedestal de mesma classe de tensão com 1 isolador do barramento do vão de transferência, fixado no portico, Classe de tensão [V]: 345.000, Material: Porcelana, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Maquinas e Equipamentos	6
Quantidade Maior ou igual que 50 kg de Condutor nu ou 250 m Isolado para usinas e SE com 1645 cabos de cobre nu e 20 hastes de aterramento aço carbono revestido em cobre 3/4 polegadas e 3 m, 1645, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Maquinas e Equipamentos	97
Conjunto de todas as Tubulações e Conexões do sistema, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Edificacoes, Obras Civis e Benfeitorias	39
Trecho contínuo de Cerca ou Muro de extensão Maior ou igual que 50m de ampliação da cerca telada com muros curvos de concreto de 2,8 m e 3 defensas em arame farpado, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Edificacoes, Obras Civis e Benfeitorias	39
Trecho de Canaleta entre duas caixas de passagem, Tipo de material: Cimento (concreto), Comprimento [m]: 21,00, Bitola [m²]: 0,56, Secao: Retangular, local: Vão de 345 kV do Reator de Barra RT02PI2	Maquinas e Equipamentos	19
Painel 4PPRB2 de Proteção Principal e Controle do Reator de Barra 7RBA2 - Setor 345 kV, Funcao: Proteção, Nari, local: Casa de Controle	Maquinas e Equipamentos	1.038
Painel 4PARB2 de Proteção Alternada e Controle do Reator de Barra 7RBA2 - Setor 345 kV, Funcao: Proteção, Nari, local: Casa de Controle	Maquinas e Equipamentos	1.038

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2018.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa de movimentação do ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	1.421	-	-	-	-	1.421	-	(32)	1.389	1.390
Servidões	1.389	-	-	-	-	1.389	-	-	1.389	1.389
Softwares	32	-	-	-	-	32	-	(32)	-	1
Administração	63	-	-	-	-	63	-	(42)	21	34
Softwares	63	-	-	-	-	63	-	(42)	21	34
	1.484	-	-	-	-	1.484	-	(74)	1.410	1.424
Ativo Intangível	1.484	-	-	-	-	1.484	-			

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	1.421	(32)	1.389	1.390
Administração	20,00%	63	(42)	21	34
		1.484	(74)	1.411	1.424

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos - partes relacionadas

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2024	Semestral	20/06/2019	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a	95.337	95.132
									95.337	95.132
Circulante									16.219	13.899
Não circulante									79.118	81.233
									95.337	95.132

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank ("CDB") no montante de USD 5.567.651-, correspondente a R\$12.769.420. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 43.260.012,02, correspondente a R\$ 112.584.181 com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 06/09/2024.

No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2020	16.092
2021	16.092
2022	16.092
2023 - 2024	30.843
	<u>79.119</u>

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	176	129
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	135	131
Programa de Integração Social (PIS)	21	20
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	97	93
Outros	581	706
	<u>1.011</u>	<u>1.079</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva global de reversão (RGR) <i>(i)</i>	56	81
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	316	314
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	1.751	1.489
	<u>2.123</u>	<u>1.884</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 94.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 14.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhista	-	194
Fiscal	-	19
	<u>-</u>	<u>213</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 195.300 dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2018</u>
SGBH.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já a partir do exercício de 2016.

Em 20 de junho de 2017 a Administração pagou R\$ 7.558 decorrente de dividendos provisionados.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	1.126
Absorção de Prejuízo	-
Reserva legal (5%)	(56)
Base de cálculo para os dividendos	<u>1.069</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>11</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	43.719	41.281
Receita rateio de antecipação	712	997
Receita de encargos de transmissão	24.284	24.249
Receita de novas obras RBNI	12.540	10.961
Recuperação de Pis e Cofins	1.530	1.478
Receita rede de fronteira	4.586	4.469
Receita de CCT	2.028	1.968
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.525)	(2.690)
Indisponibilidade de equipamentos	(349)	(151)
TUST	913	-
Deduções da receita operacional	(3.426)	(3.070)
PIS	(284)	(268)
COFINS	(1.312)	(1.238)
P&D	(403)	(380)
RGR	(1.273)	(1.032)
TFSEE	(154)	(152)
	<u>40.293</u>	<u>38.211</u>

17. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(3.218)	(3.146)
Material	(66)	(157)
Serviços de terceiros	(882)	(1.213)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	(8)
Seguros	(115)	(103)
Tributos	(26)	(8)
Depreciação e amortização	(12.904)	(7.932)
Gastos diversos	(253)	(320)
	<u>(17.487)</u>	<u>(12.887)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(2.967)	(3.054)
Administradores	(612)	(1.047)
Material	(27)	(11)
Serviços de terceiros	(558)	(420)
Arrendamentos e aluguéis	(118)	(126)
Provisões / reversão	351	(117)
Recuperação de despesas	-	8
Tributos	(2)	(6)
Outras	(217)	(281)
	<u>(4.150)</u>	<u>(5.055)</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(2.097)	(2.106)
Encargos	(700)	(613)
Benefícios	(421)	(406)
Outros	-	(21)
	<u>(3.218)</u>	<u>(3.146)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(1.459)	(1.370)
Encargos	(714)	(729)
Benefícios	(245)	(358)
Outros	(549)	(597)
Administradores	(612)	(1.047)
	<u>(3.579)</u>	<u>(4.101)</u>
	<u>(6.797)</u>	<u>(7.247)</u>

20. Outras receitas/(despesas) operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas da prestação de serviços	1654	310
Demais receitas e rendas	-	4
Pessoal	(244)	(124)
Depreciação	(99)	(98)
Tributo sobre a receita	(60)	(11)
Outros	(23)	-
	<u>1.228</u>	<u>80</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira	<u>19.305</u>	<u>14.022</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.029	1.785
Variações cambiais ativas	18.194	11.396
Outras receitas financeiras	82	841
Despesa financeira	<u>(40.068)</u>	<u>(18.219)</u>
Variações cambiais passivas	(34.660)	(13.126)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(5.126)	(4.386)
Outras despesas financeiras	(282)	(707)
	<u>(20.763)</u>	<u>(4.197)</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.655	11.484
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores		790	458
Concessionárias e permissionárias	8	4.260	4.287
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Empréstimos - partes relacionadas	11	95.337	95.132
Fornecedores - terceiros		458	258
Fornecedores - partes relacionadas	23	487	410

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2018</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	95.337	(4.731)	4.849

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1 Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas	790	1.053
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	770	955
Outros	20	98

23.2 Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	95.824	95.542
Aluguel (ii)	10	9
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	477	401
Empréstimos partes relacionadas – nota explicativa 12	95.337	95.132

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23.3 Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(3.847)</u>	<u>(3.331)</u>
Despesa aluguel (ii)	(112)	(110)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.391	1.165
Despesa de juros de empréstimo	(5.126)	(4.386)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil e regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	346	368
Seguro patrimonial	Risco operacional	132.364	132.364
Veículos	Carros	157	169
		<u>132.867</u>	<u>132.901</u>